

MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO

NOTA BIOGRÁFICA*

Desembargador José Marrara (1925-2014)

O Desembargador José Marrara nasceu em Manhumirim, Zona da Mata de Minas Gerais, em 20 de outubro de 1925. Era filho de Estevam Marrara e Maria Bruno Marrara. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói em 1953. Cursou Filosofia, Português e Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte em 1970, concluindo a pós-graduação em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG em 1976.

José Marrara advogou, de 1954 a 1965, em Laginha, Minas Gerais, onde exerceu também o cargo de secretário municipal. Foi assessor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais no período de 1965 a 1966. Dedicou-se ao magistério como professor adjunto de Direito Processual Civil pela Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG, atual PUC Minas, diretor do Colégio Estadual Dr. Adalmário José dos Santos, em Lajinha, e professor de Português do Colégio Dom Cabral e do Colégio John Kennedy. De 1987 a 1989, foi conselheiro substituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Em 14 de setembro de 1989, tomou posse como juiz do extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) em 5 de setembro de 1995. Aposentou-se em 20 de outubro de 1995.

Ao longo de sua carreira, recebeu diversas homenagens de destaque, como a Honra ao Mérito, Personalidade Destaque Judiciário (1991) e a Medalha Santos Dumont (1987). Publicou diversos artigos na *Revista Jurisprudência Mineira*, *Revista de Julgados do Tribunal de Alçada de Minas Gerais*, *Revista Forense* e *Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)*, destacando-se “Teoria geral do processo civil - ação - natureza jurídica”, “A crise do direito e o direito econômico”, “Alguns aspectos do direito público”, “A Lei das XII Tábuas e seus reflexos no direito ocidental”, “Aspectos gerais das ações cautelares” e “Alguns aspectos da Nova Lei do Inquilinato”.

O Desembargador José Marrara faleceu no dia 19 de abril de 2014. No voto de pesar proferido pelo Órgão

Especial do dia 23 de abril de 2014, o Presidente do TJMG, Desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, assim se manifestou:

Registro, na ata de nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último fim de semana, do Desembargador José Marrara. S. Exa. entrou para a Magistratura pelo Quinto Constitucional, no Tribunal de Alçada, e depois veio promovido como Desembargador. O Desembargador José Marrara era um jurista, um grande colega e que deixa, não só exemplo pelo seu passado julgador, mas também como ser humano e amigo.

Na sessão do 1º Grupo de Câmaras Cíveis, no dia 22 de abril de 2014, o Desembargador Caetano Levi Lopes prestou a seguinte homenagem:

[...] O Desembargador José Marrara, além de Magistrado, foi um professor muito querido e uma pessoa extremamente culta, mas muito mais do que isso, um bom amigo. [...] Quem militou com o Professor Marrara, no antigo Tribunal de Alçada, depois aqui no Tribunal de Justiça, sabe da sua dedicação, dedicação esta que chegava a elaborar votos até como vogal. Ele foi, sem dúvida, um Magistrado exemplar, que honrou e dignificou a Classe dos Advogados, que os representou tão bem nos dois Tribunais. Agora nos resta pedir a Deus que dê bálsamo à sua viúva, D. Zélia, a todos os seus familiares, seus entes queridos, e que o Professor Marrara seja mais uma estrela a brilhar no firmamento da eternidade [...].

Referências

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Arquivo de Provimento de Comarca da Magistratura de Minas Gerais. Belo Horizonte.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Nota taquigráfica de voto de pesar proferido pela 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Belo Horizonte, 22.04.2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. Lista de Desembargadores Aposentados. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal/conheca-o-tjmg/magistratura/lista-de-desembargadores/menu-em-abas/aposentados/>. Acesso em: 05 maio 2014.

...

* Autoria: Andréa Vanessa da Costa Val e Reinaldo de Moraes Gomes, sob a supervisão do Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro.